



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ COA

Prestação de Contas Individuais
Relatório Integrado 2023

Carilho

Carilho

AA

J



Prestação de Contas Individual
Relatório de Gestão 2023



Handwritten signatures and initials:
C. Costa
D. Santos
M.M.
J.

Índice

INTRODUÇÃO	4
1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS	8
1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E LOCAL.....	8
1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS	13
2 RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	17
2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO	17
2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS	19
2.2.1 RECEITAS – 2023.....	19
2.2.2 DESPESAS.....	21
2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	22
3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	25
3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS.....	25
3.2 ESTRUTURA DE GASTOS	26
3.3 PESSOAL	26
3.4 EBITDA E RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	27
3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO.....	28
4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	29
4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA	29
4.2 INDICADORES DE GESTÃO.....	29
4.3 ANÁLISE ECONÓMICA	30
4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	31
5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE.....	32
6 CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	44
7 QUESTÕES AMBIENTAIS.....	45
8 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES.....	48
8.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	48
8.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO	48
8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48



Índice de Ilustrações

QUADRO I CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL	8
QUADRO II TAXA DE INFLAÇÃO	9
QUADRO III TAXA DE DESEMPREGO	10
QUADRO IV PREVISÕES ECONOMIA PORTUGUESA	11
GRÁFICO I PESSOAL AO SERVIÇO - 2023	13
GRÁFICO II DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO	14
GRÁFICO III EVOLUÇÃO DO Nº DE COLABORADORES AO SERVIÇO	15
QUADRO V AÇÕES DE FORMAÇÃO - PARTICIPANTES	15
QUADRO VI AÇÕES DE FORMAÇÃO – Nº HORAS	16
QUADRO VII ESTRUTURA E EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO POR FUNÇÕES - ANO DE 2023.....	17
QUADRO VIII MAPA COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI	18
QUADRO IX EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	19
QUADRO X EVOLUÇÃO DA RECEITA (2017 A 2023)	20
QUADRO XI FUNDOS MUNICIPAIS - FEF - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO, FSM –FUNDO SOCIAL MUNICIPAL, IVA, IRS	21
QUADRO XII EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	21
QUADRO XIII EVOLUÇÃO DA DESPESA.....	22
QUADRO XIV DESPESA CORRENTE E CAPITAL.....	22
QUADRO XV PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	23
QUADRO XVI DÍVIDAS A CURTO PRAZO, MÉDIO E LONGO PRAZOS.....	23
QUADRO XVII POSIÇÃO DOS PROJETOS CANDIDATOS EM 31/12/2022	24
QUADRO XVIII PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	24
QUADRO XIX RENDIMENTOS 2022 E 2023	25
QUADRO XX GASTOS 2022 E 2023	26
QUADRO XXI GASTOS COM O PESSOAL 2022 E 2023	26
QUADRO XXII EBITA E RESULTADO LÍQUIDO 2022 E 2023.....	27
QUADRO XXIII INDICADORES FINANCEIROS/ENDIVIDAMENTO 2022 E 2023	28
QUADRO XXIV ALGUNS ITENS DO BALANÇO 2022 E 2023	29
QUADRO XXV INDICADORES DE GESTÃO 2022 E 2023	29
QUADRO XXVI RÁCIOS FINANCEIROS 2022 E 2023	30
QUADRO XXVII INDICADORES ECONÓMICOS 2022 E 2023	31
QUADRO XXVIII APLICAÇÃO DE RESULTADOS 2023	31

INTRODUÇÃO

Tendo por base a premissa de Antoine de Saint-Exupery, “Preparar o futuro significa fundamentar o presente” e, considerando uma visão global das ações que desenvolvemos durante o ano e do impacto resultante das mesmas, sabemos que a premissa se concretizou através do trabalho diário para melhorar o nosso desempenho e sustentabilidade com a aposta em soluções inteligentes, inovadoras e eficientes, da dedicação dos nossos colaboradores e de um relacionamento mais estreito com os munícipes, fornecedores e comunidade local. Neste contexto, assumimos um compromisso com gerações vindouras: garantir o desenvolvimento sustentável do Concelho, contribuindo para a melhoria da coesão territorial, social e económica e, assim, melhorar a qualidade de vida da sociedade em geral, para além do valor económico gerado pela nossa atividade diária.

Afirmamos que após anos muito desafiantes em contexto de pandemia e guerra na Ucrânia, o ano de 2023 trouxe-nos, para além da guerra entre Israel-Hamas, o fim de décadas de inflação controlada nas principais economias desenvolvidas. Foi, também, um ano especialmente caracterizado pela incerteza e volatilidade na nossa sociedade, empresas comerciais, associações, administração central e local.

Por um lado, se o conflito não inviabilizou a reabilitação macroeconómica, com as “gentes” de Foz Côa a funcionarem como forças motrizes da retoma, por outro, o lento ajustamento da fluidez das cadeias de abastecimento, a elevada inflação, o descontrolo dos custos energéticos e a crescente subida das taxas de juro originaram o aumento dos preços dos cabazes alimentares, dos combustíveis e dos empréstimos à habitação.

Este contexto difícil amplifica as opções estratégicas de qualquer organização ao qual o Município de Vila Nova de Foz Côa não passa imune.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública, uma vez que tendo em consideração os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), existia a necessidade de desenvolvimento de mecanismos que permitissem, para além do

cumprimento legal, também a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional. Assim, a reforma da contabilidade e contas públicas eleva-se na conjuntura da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, e visa responder a um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

O SNC-AP compreende uma estrutura conceptual que estabelece os princípios basilares que estão subjacentes à construção das Normas de Contabilidade Pública (NCP), um conjunto de 27 NCP específicas para determinadas transações e assuntos que inclui uma norma relativa à Contabilidade e Relato Orçamental, um Plano de Contas detalhado que permite acomodar o relato orçamental, o relato financeiro e o relato estatístico e um conjunto de modelos harmonizados para apresentação de demonstrações financeiras e de relato orçamental, nomeadamente a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras e a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, substituindo a contabilidade orçamental unigráfica (de caixa e de compromisso) prevista no Plano Oficial de Contabilidade Pública, por uma contabilidade orçamental digráfica. O objetivo da referida NCP 26 é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidade gerais, (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais de relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores quer com as de outras entidades. Tudo isto de forma a promover a harmonização contabilística, favorecendo o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizando procedimentos, melhorando a transparência das contas públicas e colaborar para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro.

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal. O relato financeiro às contas do Município procura seguir as orientações da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) quanto à informação financeira, obedecendo a determinadas características, cumprindo com objetivos e proporcionando informação qualitativa. Entende-se por objetivos da informação, o facto de as demonstrações financeiras deverem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das

operações, para que sejam úteis a investidores, a credores e a outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederam crédito e tomarem outras decisões, contribuindo assim para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais. A informação relevante, fiável e comparável deve ser compreensível aos que a desejam analisar e avaliar, ajudando-os a distinguir os utentes de recursos económicos que sejam eficientes dos que não sejam, mostrando ainda os resultados pelo exercício da gerência e a responsabilidade pelos recursos que lhe foram confiados.

Sabendo-se que a responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é primordialmente das administrações, não invalida que estas também não estejam interessadas nessa informação, apesar de terem acesso a informação adicional, que as ajuda a executar e a cumprir as responsabilidades de planeamento e de controlo e de tomada de decisões.

Assim e, sobre a Prestação de Contas de 2023, e nos termos dispostos no n.º 3-b) da Resolução n.º 3/2023 “são remetidas ao Tribunal até 30 de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, nos termos do artigo 52.º, n.º 4, da LOPTC (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas)”. Nos termos do art.º 78.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro), para efeitos da prestação de informação relativamente às contas, os municípios remetem ainda à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) a prestação de contas anuais depois de aprovadas, incluindo, sendo caso disso, os consolidados, nos 10 dias subsequentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam.

Resumidamente, a prestação de contas é uma apresentação estruturada de factos ocorridos, quantificação e balanceamento dos mesmos, assim como dos resultados obtidos e sua aplicação. Posto isto, este Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do ano financeiro de 2023, refletindo um conjunto de resultados que permitem a verificação do grau de eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados, onde também é possível constatar a preocupação, não só pelo rigor com que são apresentados os resultados, como pela evidência, clareza e fundamentação técnica utilizada na análise e exposição desses elementos.

A par do que se passa no país e principalmente nas regiões do interior, o índice de envelhecimento é um dos principais problemas e chega a atingir mais de 200% nos concelhos mais afetados, revelando na última década crescimentos preocupantes. Em



Handwritten signature

Handwritten signature

qualquer caso e atendendo aos objetivos propostos e sufragados pelos Fozcoenses, a boa gestão camarária assenta na consolidação e sustentabilidade das finanças Municipais, desenvolvendo todos os esforços e iniciativas no sentido de garantir o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, continuando a apostar na boa execução de investimentos essenciais para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, com cooperação institucional com Juntas de Freguesias, Instituições e Associações tendo por base a disponibilidade técnica, passando pelo apoio logístico e financeiro, até à realização de pequenas e grandes ações de promoções específicas em constante parceria.

Com a nossa estratégia clara e coerente, tendo como missão planear, organizar e executar as políticas municipais nos domínios urbanístico e do espaço público, da intervenção social e comunitária, da educação, ambiente, cultura e desporto, prestando serviços aos cidadãos, sabemos que não podemos esmorecer com as dificuldades e a incerteza dos efeitos económico das guerras atuais e, nesse contexto o relatório de atividades e as contas que apresentamos revelam o trabalho profícuo e o esforço dos serviços municipais em responder às expectativas dos munícipes e aos desafios que se colocaram em 2023 e colocarão em 2024 com impacto relevante, quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com consequências em termos de resultado do exercício.

**1 RELATO SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA - ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO INTERNO, EXTERNO E DO SETOR DAS AUTARQUIAS**

1.1 ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL, NACIONAL, E LOCAL

À medida que os países, em todo o mundo, “navegam” num cenário complexo e incerto, continua a haver uma série de riscos, incluindo picos inflacionistas, aumentos crescentes da dívida ou quedas nas poupanças dos consumidores. Embora se espere um crescimento positivo em todas as regiões, com as economias a suavizarem, provavelmente no outono, estas previsões variam bastante entre países e regiões devido a vários fatores, que vão desde os efeitos de custos de financiamento mais elevados, passando pela dificuldade na distribuição de materiais/produtos até à baixa confiança dos consumidores.

Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) sofreram em 2023 um abrandamento do crescimento do produto interno bruto (PIB) para 1,6%, um valor abaixo dos 2,9% registados em 2022, contudo o crescimento português mantém-se entre os maiores da OCDE, com Portugal a ser o quinto país da OCDE que mais cresceu.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (TAXA DE VARIAÇÃO REAL DO PIB, EM PORCENTAGEM)							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Economia Mundial	3,8	3,6	2,8	-2,8	6,3	3,5	3,0
Economias avançadas	2,5	2,3	1,7	-4,2	5,6	2,6	1,5
EUA	2,2	2,9	2,3	-2,8	5,9	2,1	2,1
Japão	1,7	0,6	-0,4	-4,2	2,2	1,0	2,0
Área do euro	2,6	1,8	1,6	-6,1	5,6	3,3	0,7
Portugal	2,8	2,4	2,2	-8,4	5,5	6,8	2,3
Reino Unido	2,4	1,7	1,6	-11,0	7,6	4,1	0,5
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,8	4,6	3,6	-1,8	6,9	4,1	4,0

Quadro 1 Crescimento Económico Mundial

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2023 obtido em www.imf.org)

Para 2024, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu novamente em baixa as perspetivas de crescimento do espaço euro. A previsão apresentada é de que a expansão não vá além de 0,9%, menos três décimas do que era esperado em outubro. Já para 2025 e, no que respeita à Zona Euro, as projeções sofreram ligeiro corte de uma décima, com o fundo a esperar um crescimento de apenas 1,7% no próximo ano.

Handwritten notes:
C. 100000
100000
ei
//
+

Segundo o Eurostat, a Zona Euro atravessou o ano todo praticamente em estagnação, com ligeiras variações positivas de 0,1% no primeiro e segundo trimestres e uma contração de 0,1% no terceiro trimestre. A Zona Euro e a União Europeia finalizaram o ano de 2023 com o PIB a crescer 0,5%, tendo estabilizado apenas no quarto trimestre do ano.

O FMI previu ainda uma moderação da inflação e crescimento constante projetando um aumento do PIB mundial de 3,1% este ano (em Portugal, o aumento será menor (1,5%)) e 3,2% em 2025, sendo na Europa que o crescimento será mais baixo (0,9%), comparativamente a todas as regiões.

Ainda segundo o FMI a inflação global deverá cair para 5,8% em 2024 e para 4,4% em 2025, com a previsão para 2025 revista em baixa, sendo que para Portugal está prevista a redução para 2,9% depois dos 4,3% de 2023, refletindo a redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu e, na mesma linha, o Banco de Portugal (BdP) prevê para este ano uma taxa de 2,4%.

TAXA DE INFLAÇÃO (TAXA DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, VALORES MÉDIOS)							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Economia mundial	3,3	3,6	3,5	3,2	4,7	8,8	8,9
Economias avançadas	1,7	2,0	1,4	0,7	3,1	7,3	4,6
EUA	2,1	2,4	1,8	1,3	4,7	8,0	4,1
Japão	0,5	1,0	0,5	0,0	-0,2	2,5	3,2
Área do Euro	1,5	1,8	1,2	0,3	2,6	8,4	5,6
Portugal	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	6,5
Reino Unido	2,7	2,5	1,8	0,9	2,6	9,1	7,7
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,5	5,0	5,1	5,1	5,9	27,9	18,9

Quadro II Taxa de Inflação

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2023 obtido em www.imf.org)

De lembrar que o crescimento de Portugal registado em 2022 (6,8%) foi o mais elevado desde 1987. Relativamente a 2023 e segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB em Portugal cresceu 2,3%, com uma subida de 0,8% no quarto trimestre devido ao “contributo da procura interna e procura externa líquida menos negativa” comparativamente à contração de 0,2% no terceiro, ainda assim mostra o abrandamento comparativamente a 2022.

Conforme as projeções para a economia portuguesa plasmadas no Boletim Económico de dezembro de 2023 do BdP, esta entidade acreditava num abrandamento da economia para

metade (1,2%) comparativamente aos dados apresentados em junho (expansão do PIB de 2,4%), muito devido a um menor contributo da procura interna, compensado pelas exportações, apesar da queda não compensada do investimento.

No entanto, conforme novo Boletim Económico de março de 2024 e, comparativamente às previsões de final do ano passado, o Banco de Portugal revê em alta o crescimento do PIB e a inflação em baixa, prevendo para 2024 um crescimento de 2% e 2,3% em 2025-2026, após os 6,8% em 2022, prevendo uma redução da inflação para 2,4% (2024), estabilizando nos 2% em 2025 com menos pressões nos custos das empresas.

O ritmo de crescimento do PIB deverá aumentar ao longo de 2024, com crescimento médio de 0,6% ao longo dos vários trimestres, refletindo-se o dinamismo das exportações de serviços, a manutenção de ganhos de quota nos mercados externos, a retoma do investimento, beneficiando do maior recebimento de fundos e o crescimento da produtividade total dos fatores, associado ao aumento das qualificações da população.

TAXA DE DESEMPREGO (EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ATIVA)							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Economias avançadas	5,7	5,1	4,8	6,6	5,6	4,5	6,0
EUA	4,4	3,9	3,7	8,1	5,4	3,6	3,6
Japão	2,8	2,4	2,4	2,8	2,8	2,6	2,5
Área do euro	9,1	8,2	7,6	8,0	7,7	6,7	6,6
Portugal	8,9	7,0	6,5	7,0	6,6	6,1	6,5
Reino Unido	9,1	8,2	7,6	8,0	7,7	3,7	4,2

Quadro III Taxa de Desemprego

Fonte: FMI (World Economic Outlook, outubro de 2023 obtido em www.imf.org)

Ainda no boletim de dezembro de 2023 e, apesar do esperado aumento dos salários reais, relativamente às projeções de taxas de desemprego 2023-2026, estimava-se que estariam sempre acima dos 7%, no entanto no novo boletim de março de 2024 foi projetado um aumento adicional de emprego e estabilização do desemprego com taxa prevista de 6,5%, com a seguinte informação “salários crescerão mais do que os preços, sustentando o poder de compra das famílias”

É esperado que o equilíbrio do poder económico global mude de forma drástica nas próximas décadas, de acordo com um relatório recente do Goldman Sachs. Dizem ainda que

há espaço para surpresas positivas no crescimento, desde logo com a possibilidade de uma maior aceleração do processo de desinflação. Já o FMI a médio prazo, admite efeitos positivos para a produtividade das economias avançadas com o desenvolvimento da inteligência artificial. Nas economias emergentes, por outro lado, cita reformas do lado da oferta que também poderão contribuir para maior crescimento.

PREVISÕES PARA A ECONOMIA PORTUGUESA (TAXA DE VARIAÇÃO, EM PORCENTAGEM)							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB - ótica de despesa							
PIB real	2,8	2,4	2,2	-8,4	5,5	6,8	2,3
Consumo Privado	2,3	3,1	2,4	-7,1	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	0,7	0,9	0,7	0,4	4,6	1,4	1,2
Investimentos (FBCF)	9,2	5,8	5,4	-2,7	8,7	3,0	2,4
Exportações	7,8	3,8	3,5	-18,6	13,5	17,4	4,2
Importações	8,1	5,8	4,7	-12,1	13,3	11,1	2,2
Contribuições para o crescimento do PIB (em p.p.)							
Procura interna	1,3	1,7	1,5	-3,0	5,7	4,4	1,4
Procura externa líquida	1,5	0,8	0,4	-2,7	-0,3	2,2	0,8
Desemprego e preços							
Taxa de desemprego	8,9	7,0	6,5	7,0	6,6	6,1	6,5
Inflação (IHPC)	1,6	1,2	0,3	-0,1	0,9	8,1	5,3

Quadro IV Previsões Economia Portuguesa

Fonte: INE e Boletim Económico do Banco de Portugal, obtidos em www.ine.pt e www.bportugal.pt

Os riscos de sentido oposto – negativo - também existem, e mantêm-se plausíveis. O crescimento mundial poderá ficar abaixo das marcas agora esperadas com novos choques de preços induzidos pelas tensões geopolíticas, onde pontuam os riscos de um conflito regional alargado no Médio-Oriente, os ataques do Mar Vermelho e ainda a guerra na Ucrânia. O clima é outra ameaça ao controlo dos preços, sendo que a pressão pode vir de estratégias mais agressivas que o necessário para a consolidação orçamental em países com endividamentos elevados, com o FMI a desaconselhar uma mudança brusca para subidas de impostos e cortes de despesa.

Não obstante este quadro de grande exigência para a gestão municipal, em linha com anos anteriores, continuamos a implementar a estratégia de desenvolvimento sustentada na concretização de projetos e ações estruturantes para o futuro do concelho, que encontrou no Norte 2020 e agora no Portugal 2030 uma importante fonte de financiamento. A aprovação de candidaturas aos diversos programas de apoio comunitário garantiu nos últimos anos e



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Alino' and a large stylized signature.

irá garantir o financiamento para a concretização de um conjunto alargado de projetos determinante para o desenvolvimento do concelho.

Continuamos em 2023 a materializar a estratégia de desenvolvimento definida, espelhando nos documentos de prestação de contas os compromissos assumidos de afirmar Vila Nova de Foz Côa e demonstram a situação financeira equilibrada, com a ambição e o arrojo que nunca deixaram de resultar numa gestão rigorosa e responsável do executivo municipal, importando realçar que as autarquias não se movem por objetivos de maximização dos lucros, mas visam essencialmente alcançar objetivos sociais de maximização da satisfação de necessidades dos munícipes, com os recursos disponíveis.

[Handwritten signatures and initials]

1.2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Vila Nova de Foz Côa, no exercício das atribuições que lhes estão cometidas pela Legislação em vigor (Lei nº 75/2013 de 12 de setembro) designadamente nos seguintes domínios: Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e Comunicações, Educação, Património, Cultura e Ciência, Tempos Livres e Desporto, Saúde, Ação Social, Habitação, Proteção Civil, Ambiente e Saneamento Básico, Promoção do Desenvolvimento, Ordenação do Território e Urbanismo e Cooperação Externa, contava à data de 31-12-2023, com 167 colaboradores em funções, 74 do sexo masculino e 93 do sexo feminino, distribuídos pelas categorias/ carreiras da seguinte forma:

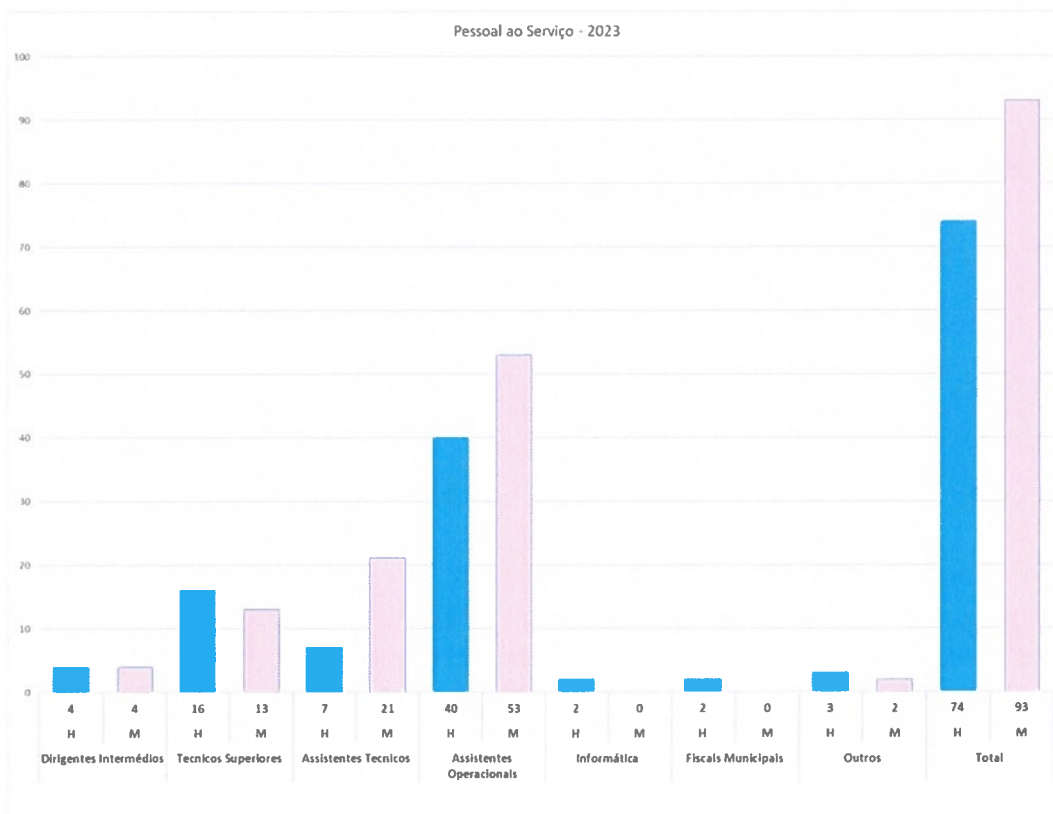


Gráfico 1 Pessoal ao Serviço - 2023

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

[Handwritten signatures and initials]

De seguida, analisamos a distribuição dos colaboradores por escalão etário.

Ano de 2023

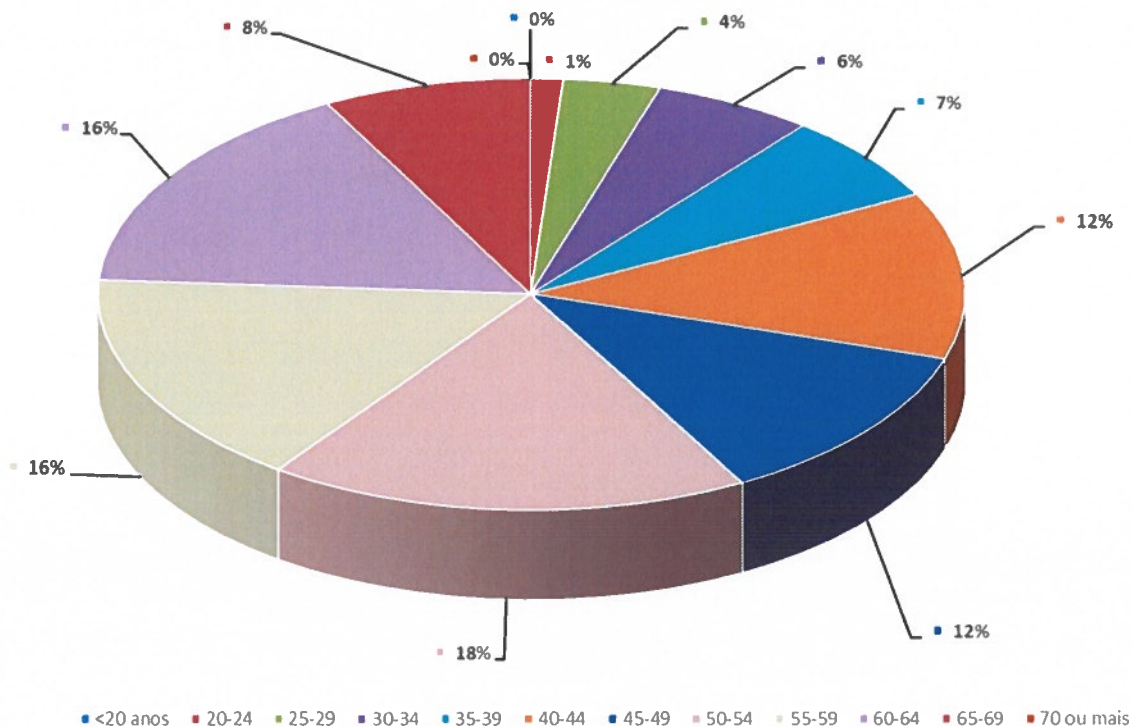


Gráfico II Distribuição dos colaboradores por escalão etário

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Analisando o gráfico supra, verifica-se que a maior percentagem de colaboradores, situam-se no escalão etário 50-54 anos com 18% e a seguir com 16% temos o escalões etários dos 55-59 anos e 60-64. Realça-se o facto de 13 colaboradores (8%) se encontrarem no escalão etário de 65-69 anos, a atingir a idade de reforma. Refira-se que, no período temporal de 10 anos, irão reformar-se 67 colaboradores, que se encontram nos escalões etários dos 55 a 69 anos.

[Handwritten signatures and initials]

Destacamos ainda, a evolução do número de colaboradores ao serviço neste Município, do ano de 2017 a 2023.



Gráfico III Evolução do nº de colaboradores ao serviço

Fonte: Dados extraídos do Balanço Social - DGAL

Cientes de que o profissionalismo, dedicação, experiência e talento dos colaboradores são os alicerces do sucesso do Município e, são eles que tornam esta instituição diferenciadora e mais competitiva, é proporcionado um ambiente de trabalho saudável, seguro, agradável e que promove o bem-estar e a produtividade dos trabalhadores.

	Contagem dos participantes em ações de formação profissional por cargo / carreira								
	Chefe de Divisão	Dirigente 3º Grau	Técnico Superior	Coordenador técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Nº de participantes em ações externas	3	2	12	1	0	4	1	1	24

Quadro V Ações de Formação - Participantes

[Handwritten signatures and initials]

Face ao apresentado e porque os trabalhadores são parte integrante deste Município, é estimulada a sua participação através de processos eficazes de comunicação, consulta e partilha. Desta forma, é proporcionada uma aprendizagem atualizada, formação que se pretende contínua e um complemento às habilitações detidas, visando o desenvolvimento intelectual, social e profissional, facultando a aquisição de novas competências. Assim e, conforme quadros apresentados, no ano de 2023 participaram em ações de formação 24 trabalhadores num total de 964 horas.

	Contagem das horas dispendidas em ações de formação profissional por cargo / carreira								
	Chefe de Divisão	Dirigente 3º Grau	Técnico Superior	Coordenador técnico	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Nº de horas em ações externas	263	32	509,5	8	0	103	14	35	964,5

Quadro VI Ações de Formação – N° Horas

**2 RELATO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL****2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - ÍNDICE DE EXECUÇÃO**

Mesmo com a implementação deste novo paradigma de análise às contas Municipais, o Plano Plurianual de Investimento, continua a ser uma ferramenta de análise importante, por nele constarem todos os projetos e ações que implicam despesas orçamentais a realizar por investimentos. Os objetivos principais definidos neste Plano, a que esta Prestação de Contas se refere, foram conseguidos. Referimo-nos concretamente às subfunções cujas taxas de execução anuais, em relação ao montante previsto inicialmente, são as seguintes:

Indústria e Energia – 88,28%, Comércio e Turismo – 61,54%, Serviços Gerais de Administração Pública – 56,14%, Segurança e Ação Social – 35,66%, Transportes e Comunicações - 33,86%, Educação - 23,05%, Habitação e Serviços Coletivos - 22,27% e Serviços Culturais Recreativos e Religiosos -7,66%.

Funções	Dotação Inicial	Alt.Modificativa	Dotação Atual	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	334 500,00	330 500,00	665 000,00	373 349,39	-291 650,61	56,14
Educação	70 000,00	-14 998,00	55 002,00	12 675,74	-42 326,26	23,05
Segurança e Acção Sociais	210 000,00	295 001,00	505 001,00	180 075,00	-324 926,00	35,66
Habitação e Serviços Colectivos	1 642 401,00	512 108,90	2 154 509,90	479 863,17	-1 674 646,73	22,27
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	475 003,00	-165 600,00	309 403,00	23 705,10	-285 697,90	7,66
Industria e Energia	385 001,00	95 000,00	480 001,00	423 767,18	-56 233,82	88,28
Transporte e Comunicações	2 700 002,00	687 000,00	3 387 002,00	1 146 757,88	-2 240 244,12	33,86
Comércio e Turismo	341 000,00	301 800,00	642 800,00	395 561,16	-247 238,84	61,54
Total Geral	6 157 907,00	2 040 811,90	8 198 718,90	3 035 754,62	-5 162 964,28	37,03

Quadro VII Estrutura e Execução do Investimento por Funções - Ano de 2023

Análise
Contas
MR
J

Evolução da Execução do PPI			
Ano	Previsto	Executado	%
2017	4 184 558,35	1 624 315,06	38,82%
2018	4 374 258,83	1 657 243,46	37,89%
2019	2 356 629,97	1 080 692,23	45,86%
2020	5 039 430,80	2 204 932,12	43,75%
2021	8 689 372,00	3 367 030,39	38,75%
2022	7 735 422,00	3 239 992,00	41,89%
2023	8 198 718,90	3 035 754,62	37,03%

Quadro VIII Mapa comparativo da evolução da Execução do PPI

Da leitura do quadro supra, constata-se que no ano em análise, foi obtida a percentagem de execução de **37,03%**.

2.2 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

2.2.1 RECEITAS – 2023

Económica	Classificação Descrição	Dotação			Execução	
		Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
	01 IMPOSTOS DIRETOS	1 061 855,00	0,00	1 061 855,00	1 016 719,24	95,7
	02 IMPOSTOS INDIRETOS	2 585,00	0,00	2 585,00	10 788,53	417,4
	04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	16 728,00	0,00	16 728,00	31 142,90	186,2
	05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	104 905,00	0,00	104 905,00	4 263,35	4,1
	06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 673 105,00	0,00	8 673 105,00	8 096 695,63	93,4
	07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1 811 147,00	0,00	1 811 147,00	1 402 384,72	77,4
	08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25 183,00	0,00	25 183,00	41 666,75	165,5
	RECEITAS CORRENTES	11 695 508,00	0,00	11 695 508,00	10 603 661,12	90,7
	09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	833,00	0,00	833,00	86 012,61	10 325,6
	10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 432 120,00	0,00	4 432 120,00	3 229 393,77	72,9
	12 PASSIVOS FINANCEIROS	1,00	0,00	1,00	0,00	0,0
	13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2,00	0,00	2,00	0,00	0,0
	RECEITAS DE CAPITAL	4 432 956,00	0,00	4 432 956,00	3 315 406,38	74,8
	15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1,00	0,00	1,00	46,32	4 632,0
	16 SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	4 573 311,90	4 573 311,90	4 573 311,90	100,0
	OUTRAS RECEITAS	1,00	4 573 311,90	4 573 312,90	4 573 311,90	100,00
	TOTAL DA RECEITA	16 128 465,00	4 573 311,90	20 701 776,90	18 492 425,72	89,3

Quadro IX Execução Orçamental da Receita

Da leitura do quadro supra constata-se que o total das receitas arrecadadas é de **18.492.425,72€**. Este valor inclui **4.573.311,90€**, de saldo da gerência anterior (execução orçamental) que corresponde a **24,73%** das receitas arrecadadas.

O total das receitas correntes foi de **10.603.661,12€**, o que corresponde a **57,34%**, do total das receitas arrecadadas.

As receitas de capital foram de **3.315.406,38€**, o que corresponde a **17,93%** do total das receitas arrecadadas.

Refira-se ainda que, a percentagem de execução de receitas correntes e de receitas de capital (com o saldo de gerência a ser considerado capital), em relação ao previsto corrigido é de **51,22%** e **38,11%**, respetivamente.

Realçamos o facto de que, o total das receitas cobradas em relação às previsões corrigidas, atingiu uma percentagem de 89,30%, cumprindo com o estipulado no nº 3 do artigo 56º da Lei 73/2013 de 3 setembro (RFALEI), na sua versão atual. A referida execução revela ainda que, os orçamentos municipais têm vindo a ser planeados de forma mais responsável, fiável e eficaz.

Continuamos a achar conveniente, para uma melhor apreciação das Finanças Municipais, estabelecer a comparação entre a presente Prestação de Contas e a dos anos anteriores, no que se refere à evolução da receita arrecadada.

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2017	8 641 949,84	2 676 131,83	11 318 081,67	16,44
2018	8 940 239,15	2 823 987,66	11 764 226,81	3,94
2019	8 788 565,58	3 869 200,53	12 657 766,11	7,60
2020	9 002 457,12	5 142 281,82	14 144 738,94	11,75
2021	9 831 208,18	6 300 954,81	16 132 162,99	14,05
2022	9 914 513,38	7 201 885,17	17 116 398,55	6,10
2023	10 603 661,12	7 888 718,28	18 492 379,40	8,04

Quadro X Evolução da Receita (2017 a 2023)

As receitas totais resultam no essencial do somatório de:

1. Receitas das transferências do Orçamento Geral do Estado, tais como: Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal, Participação Fixa no IRS, transferência ao abrigo do nº3 do art.º 35 da Lei nº 73/2014 e participação da receita do IVA.
2. Outro tipo de receitas arrecadadas no Concelho, tais como as cobradas por terceiros para o Município, que damos como exemplo: Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.), Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis (I.M.T.), Imposto Único de Circulação (I.U.C) etc.
3. Transferências de fundos comunitários, na sua maioria transferências de capital.

Dado que a principal fonte de receita do Município são as **Transferências do Orçamento Geral de Estado (OE)**, também será importante fazer a análise comparativa dos últimos anos. Da leitura do quadro seguinte podemos constatar que em relação ao ano de 2022, houve um **aumento de 6,37%**.

Espelha-se então a seguir a evolução dos últimos anos, no que concerne às transferências do OE:

Transferências do OE				
Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2017	5 496 083,00	558 052,00	6 054 135,00	2,57
2018	5 579 407,00	584 215,00	6 163 622,00	1,81
2019	5 508 131,00	1 012 113,00	6 520 244,00	5,79
2020	6 486 871,00	611 380,00	7 098 251,00	8,86
2021	7 009 213,51	660 665,00	7 669 878,51	8,05
2022	6 287 217,80	835 869,00	7 123 086,80	-7,13
2023	6 173 762,46	1 403 217,00	7 576 979,46	6,37

Quadro XI Fundos Municipais - FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM - Fundo Social Municipal, IVA, IRS

2.2.2 DESPESAS

Classificação	Designação	Dot. Inic.	Dot. Corrig.	Alterações (+/-)	Desp. Paga	% Exec.
01	Despesas com o pessoal	2 729 705,00	3 929 819,92	1 200 114,92	3 767 120,57	95,86
02	Aquisição de Bens e serviços	4 427 262,00	5 359 947,08	932 685,08	3 948 544,03	73,67
03	Juros e Outros encargos	103,00	103,00	0,00	0,00	0,00
04	Transferência Correntes	2 012 326,00	2 155 926,00	143 600,00	1 882 964,26	87,34
05	Subsídios	101,00	101,00	0,00	0,00	0,00
06	Outras Despesas Correntes	87 550,00	121 350,00	33 800,00	105 279,19	86,76
Total Despesas Correntes		9 257 047,00	11 567 247,00	2 310 200,00	9 703 908,05	83,89
07	Aquisição de Bens de Capital	6 157 907,00	8 198 718,90	2 040 811,90	3 035 754,62	37,03
08	Transferência de Capital	713 507,00	935 807,00	222 300,00	319 613,97	34,15
09	Activos Financeiros	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
10	Passivos Financeiros	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital		6 871 418,00	9 134 529,90	2 263 111,90	3 355 368,59	36,73
Total Geral		16 128 465,00	20 701 776,90	4 573 311,90	13 059 276,64	63,08

Quadro XII Execução Orçamental da Despesa

Da leitura do quadro, constata-se que o total das despesas pagas foi de 13 059 276,64€.

No que concerne às despesas correntes, atingiram um valor total de 9 703 908,05€. Refira-se ainda, que o total destes pagamentos face às dotações corrigidas obteve uma percentagem de 83,89%. Verifica-se assim, uma diminuição das despesas corrente em 4,19%, em relação ao ano de 2022 (88,08%). Quanto às **despesas de capital** num total de 3.355 368,59€, a percentagem de execução face às dotações corrigidas é de 36,73%, tendo-se verificado uma diminuição de 4,38%, em relação ao ano anterior (41,11%).

Do quadro seguinte pode igualmente constatar-se que em relação ao ano de 2022, atingiu-se uma taxa de execução orçamental inferior em 4,20%.

[Handwritten signatures and initials]

	Previsão	*	Execução	*	Desvio	*	Taxa de execução em relação à previsão anual *
2017	12 466 273,00	20,14%	9 438 742,84	10,55%	3 027 530,16	64,70%	75,71%
2018	11 485 678,00	-7,87%	9 262 622,82	-1,87%	2 223 055,18	-26,57%	80,64%
2019	13 140 878,00	14,41%	9 147 855,95	-1,24%	3 993 022,05	79,62%	69,61%
2020	15 510 357,86	18,03%	10 306 008,91	12,66%	5 204 348,95	30,34%	66,45%
2021	18 939 864,03	22,11%	11 559 612,79	12,16%	7 380 251,24	41,81%	61,03%
2022	18 642 793,20	-1,57%	12 543 086,65	8,51%	6 099 706,55	-17,35%	67,28%
2023	20 701 776,90	11,04%	13 059 276,64	4,12%	7 642 500,26	25,29%	63,08%

* % em relação ao ano anterior

Quadro XIII Evolução da Despesa

Sobre a execução orçamental, entende-se ser importante realizar também uma análise comparativa dos últimos 7 anos.

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2017	7 284 752,24	2 153 990,60	9 438 742,84	10,55
2018	7 340 409,92	1 922 252,90	9 262 662,82	-1,87
2019	7 720 179,17	1 427 676,78	9 147 855,95	-1,24
2020	7 415 599,69	2 890 409,22	10 306 008,91	12,66
2021	7 740 439,34	3 819 173,45	11 559 612,79	12,16
2022	9 149 727,33	3 393 359,32	12 543 086,65	8,51
2023	9 703 908,05	3 355 368,59	13 059 276,64	4,12

Quadro XIV Despesa Corrente e Capital

2.2.3 PRINCÍPIO DO EQUILÍBRIO E EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Apresenta-se no quadro infra a evolução do **cumprimento do princípio do equilíbrio**, no que se refere à execução orçamental, conforme obriga a alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL (as receitas correntes devem ser pelo menos igual às despesas correntes), ponto ainda em vigor.

Como já foi referido este executivo, durante o ano de 2023, direcionou todos os esforços no sentido de cumprir o referido princípio, conforme se pode constatar no quadro seguinte:

Princípio do Equilíbrio							
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Corrente	8 641 949,84	8 940 239,15	8 788 565,58	9 002 457,12	9 831 208,18 €	9 914 513,38 €	10 603 661,12
Despesa Corrente	7 284 752,24	7 340 409,92	7 720 179,17	7 415 599,69	7 740 439,34 €	9 149 727,33 €	9 703 908,05
Diferença	1 357 197,60	1 599 829,23	1 068 386,41	1 586 857,43	2 090 768,84 €	764 786,05 €	899 753,07 €

Quadro XV Princípio do Equilíbrio - Execução Orçamental

No que concerne ao Equilíbrio Orçamental, o Município decidiu manter o mesmo método de gestão e cumprir com o princípio do equilíbrio orçamental executado nos termos do nº 2 do artigo 40º, conjugado com o artigo 83º da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (RFALEI), republicada pela Lei nº 51/2018 de 16 de agosto, que se traduz no seguinte: *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, sendo que se entende por “amortizações médias de empréstimos” o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da Lei que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (1 de janeiro de 2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.* Portanto, a poupança corrente (receita corrente + amortizações de empréstimos => despesas de capital), tem que “acomodar” um valor equivalente às amortizações médias dos empréstimos existentes.

ANO	DÍVIDAS A MÉDIO E LONGO PRAZOS A 31-12-2023								DÍVIDAS A CURTO PRAZO	TOTAL GERAL	% Evolução
	BANCOS E DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO				Acordos de Regularização				OUTROS TERCEIROS		
	CGD	BES	CCA	IGCP	Total dos Emprést.	Águas do Norte	AMDS	Total dos Acord.			
2017	0,00	292 237,96	508 899,13	48 771,60	849 908,69	0,00	20 654,03	20 654,03	72 154,63	942 717,35	-22,00%
2018	0,00	219 925,83	430 773,71	16 257,20	666 956,74	0,00	0,00	0,00	128 412,90	795 369,64	-15,63%
2019	0,00	147 611,58	352 629,94	0,00	500 241,52	0,00	0,00	0,00	104 760,47	605 001,99	-23,93%
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	103 969,61	103 969,61	-82,81%
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 174,20	48 174,20	-53,67%
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 330,48	47 330,48	-1,75%
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 830,84	150 830,84	218,68%

Quadro XVI Dívidas a Curto Prazo, Médio e Longo Prazos

Este mapa, fornece a informação não só das dívidas de Médio e Longo Prazos e a Curto Prazo, como também a percentagem da sua evolução. Analisando o mesmo, podemos referir que a 31-12-2023, o Município não tinha dívidas a Médio e Longo Prazos. No que alude às dívidas de curto prazo, no valor de 150 830,84 €, referem-se a faturas que a contabilidade

Handwritten signatures and initials in blue ink.

recebeu no ano de 2024, com data do ano de 2023 (especialização de exercícios, através de nota de lançamento), tanto a nível de fornecedores de conta corrente, como fornecedores de imobilizado.

De seguida ilustramos o ponto de situação dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários.

Programa	Designação do projeto	valores aprovados(atualizados)			valores a 31-12-2023					
		investimento elegível	comparticipação	%	faturados cumulativo	submetidos		recebido	pedidos pendentes por receber	valores por receber ainda não submetidos
Norte2020	Centro de saúde de Vila nova de Foz Côa	1 549 329,55	540 084,56	35%	1 208 741,79	1 208 741,79	540 084,59	513 080,35	27 004,24	0,00
Norte2020	D2GOV_VN de Foz Côa	78 069,07	66 358,71	85%	79 527,42	68 556,07	58 272,66	55 359,02	2 913,64	0,00
Norte2020	Mobilidade urbano -PAMUS	90 377,04	76 820,48	85%	90 377,04	90 377,04	76 820,48	72 979,46	3 841,03	0,00
Norte2020	Novo Mercado Municipal	2 162 071,65	1 837 760,90	85%	2 157 344,06	2 157 344,06	1 833 742,45	1 816 275,46	17 466,99	0,00
Norte2020	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar	105 475,01	89 653,76	85%	103 903,22	103 903,22	88 317,74	48 574,08	39 743,66	0,00
Norte2020	Eficiência Energética no sistema de iluminação pública de Vila Nova de Foz Côa	387 665,25	368 281,99	95%	373 298,87	373 298,87	354 633,93	333 367,04	21 266,89	0,00
Norte2020	Eficiência Energética no Edifício dos Paços do Concelho	138 662,58	131 590,79	95%	169 178,67	167 107,86	132 884,17	100 598,79	32 285,38	0,00
Norte2020	Espaço Promocional "das Terras de Foz Côa"	154 888,42	131 655,16	85%	295 294,03	128 561,34	109 277,14	102 648,70	6 628,44	0,00
Norte2020	Passadiços do cõa	353 988,88	288 628,58	82%	353 988,88	353 988,88	288 628,58	274 197,15	14 431,43	0,00
Norte2020	Avaliação e Implementação do RCPD no Município de Vila Nova de Foz Côa	9 840,00	8 364,00	85%	9 532,50	9 532,50	8 102,63	0,00	8 102,63	0,00
Norte2020	Capacitação e implementação do SICS	4 086,35	3 473,40	85%	4 086,35	1 390,00	1 181,50	572,18	609,32	0,00
Norte2020	Reabilitação Urbana de espaços públicos - Vila Nova de Foz Côa	813 610,32	691 568,77	85%	696 741,29	686 922,21	583 883,88	554 689,95	29 193,93	0,00
Norte2020	Reabilitação Urbana de espaços públicos - Pocinho*	257 718,44	227 560,67	85%	71 871,74	71 871,74	61 090,98	61 002,95	-61 002,95	0,00
POAT2020	Apoio as medidas de correntes do combate à pandemia COVID-19 no concelho de VNFC	168 635,87	168 635,87	1,00	168 635,87	168 635,87	168 635,87	168 635,87	0,00	0,00
Norte2020	Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar - 2.fase	105 475,01	89 653,76	85,00	51 820,14	51 820,14	44 047,12	9 690,85	34 356,27	0,00
Turismo de Portugal	FozCoa Story House	1 959 948,00	400 000,00	0,20	2 004 446,76	1 890 987,51	385 926,06	385 927,16	0,00	0,00
									176 840,88	0,00

*Este projeto não foi concluído como tal vai ser anulado e devolvida a verba recebida de 61 002,95€ a abater nos valores por receber

Quadro XVII Posição dos projetos candidatos em 31/12/2022

Note-se que em 31 de dezembro de 2023, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de **115 837,93€**. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, teríamos um valor a pagar de 34 992,91€ de faturas que entraram em 2024 e que reportavam, a bens e serviços, fornecidos no ano de 2023.

Anos	Prazo Médio de Pagamentos						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Nº de dias	20	8	6	9	5	4	8

Quadro XVIII Prazo Médio de Pagamentos

Realçamos que, com todos os constrangimentos da situação de crise económica e com o cumprimento da legislação em vigor nos impunha, este Município obteve um Prazo Médio de Pagamento de 8 dias.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2023 e 2022, a sua variação absoluta e relativa em (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2023	2022	Variação	Variação (%)
Impostos contribuições e taxas	1 093 770,03	1 074 785,37	18 984,66	1,8%
Vendas	584 415,29	472 983,78	111 431,51	23,6%
Serviços prestados	858 663,96	818 552,75	40 111,21	4,9%
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 845 818,78	7 824 386,30	1 021 432,48	13,1%
Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas	812 531,80	0,00	812 531,80	0,0%
Provisões (aumento/reduções)	0,00	55 430,90	(55 430,90)	(100,0%)
Outros rendimentos	822 465,58	566 854,53	255 611,05	45,1%
Total da estrutura de rendimentos	13 017 665,44	10 812 993,63	2 204 671,81	20,4%

Quadro XIX Rendimentos 2022 e 2023

Da análise do quadro supra, apenas nos vamos debruçar sobre as variações de grande expressão:

Vendas – compreendem, sobretudo água e eletricidade. A variação de 23,6% deve-se à alteração do preço da tarifa do abastecimento de água.

Serviços prestados - que compreendem entre outros os resíduos sólidos, colocação de contadores, cemitérios, serviços de desporto e aluguer de espaços. A variação positiva de 4,9%, traduz-se no aumento de utilização dos serviços.

Rendimentos de entidades controladas – Neste exercício, a empresa local, voltou aos lucros face a um ano mais chuvoso que permitiu a venda da energia por parte da Ribeira da Teja.

Transferências – Aumentaram devido aos acordos de transferências de competências.

Outros rendimentos - Esta rubrica apresenta uma variação positiva devido a um aumento da imputação, a resultados, do FEF, relativo a ajustamentos que incluem aquisições desde 2020 até 2023 anexo.

3.2 ESTRUTURA DE GASTOS

Composição dos gastos em 2023 e 2022, a sua variação absoluta e relativa (%):

Descrição	Em cêntimos de Euro			
	2023	2022	Variação	Variação (%)
Rend/gastos imputados de Ent controladas, associadas	0,00	234 539,61	(234 539,61)	(100,0%)
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	455 551,55	463 151,25	(7 599,70)	(1,6%)
Fornecimentos e serviços externos	4 115 312,90	3 923 275,35	192 037,55	4,9%
Gastos com o pessoal	3 774 394,08	3 330 043,33	444 350,75	13,3%
Transferências e subsídios concedidos	1 736 410,01	1 498 217,78	238 192,23	15,9%
Impairidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	413,90	817,82	(403,92)	(49,4%)
Provisões (aumento/reduções)	160 075,86	0,00	160 075,86	0,0%
Outros gastos	156 042,22	202 762,83	(46 720,61)	(23,0%)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 462 099,00	3 158 798,22	303 300,78	9,6%
Juros e gastos similares suportados	454,94	24,37	430,57	1766,8%
Total da estrutura de gastos	13 860 754,46	12 811 630,56	1 049 123,90	8,2%

Quadro XX Gastos 2022 e 2023

Ao analisarmos este mapa verificamos que os itens com variações mais relevantes, são:

Fornecimentos e Serviços Externos – Há variação de 4,9%. A nota 25 do anexo discrimina esta atividade.

Gastos com pessoal – O aumento era previsível e resulta de reclassificações e aumentos salariais.

Depreciações - A variação positiva é significativa, pois reflete a disponibilidade para uso de investimentos que estavam em curso.

Outros Gastos – A redução verificada nesta rubrica tem que ver com acontecimentos que não se repetem (nota 28 do anexo).

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos e o gasto médio anual por colaborador:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta
Gastos com pessoal	3 774 394,08	3 330 043,33	444 350,75
N.º médio de colaboradores	172	168	4
Gasto médio por colaborador	21 944,15	19 821,69	2 122,47

Quadro XXI Gastos com o pessoal 2022 e 2023

O município tem como regra na contratação, o procedimento concursal. Ao nível da formação profissional já referida anteriormente, embora sem plano de formação prévio, as diversas entidades publicas ligadas à formação na administração publica, comunicam de forma recorrente, as ações de formação que os dirigentes, distribuem pelos colaboradores sob a sua orientação. São estes que em função das necessidades sentidas propõem a frequência das ações, sendo os gastos suportados pelo município

3.4 EBITDA E RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Entidade”, no período de 2023 e 2022, foi o seguinte:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta	Δ relativa
EBITDA	2 619 464,92	1 160 185,66	1 459 279,26	125,8%
EBITDA/Rendimentos próprios	103,3%	49,0%	54,2	110,6%
EBITDA/ Transf e subsídios correntes	29,6%	14,8%	14,8	99,7%
Resultado líquido do período	(843 089,02)	(1 998 636,93)	1 155 547,91	-57,8%
Resultado líquido do período / Rendimentos próprios	-33,2%	-84,5%	51,2	-60,7%

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XXII EBITA e Resultado Líquido 2022 e 2023

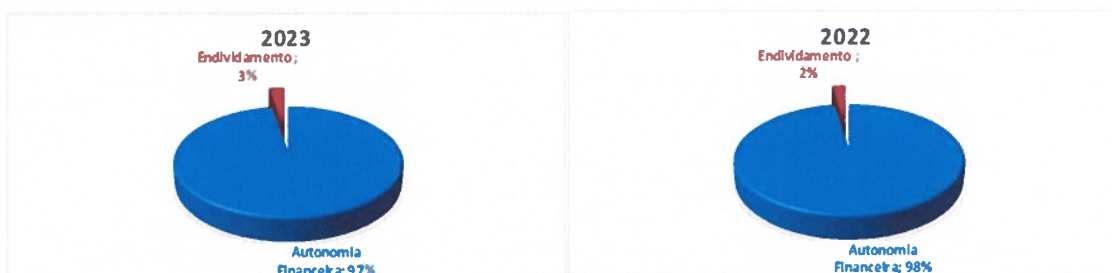
Apresentamos um conjunto de indicadores que mostram que os resultados operacionais antes de depreciações são positivos, pelo que o resultado negativo resulta das depreciações praticadas. A relação entre o EBITDA e os rendimentos próprios dão uma medida da dependência que o município tem das transferências do orçamento de estado, que explica a variação positiva do EBITDA de 2022 para 2023, pois esta rubrica de transferências correntes (nota 23 do anexo) aumentou.

[Handwritten signatures and initials]

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Entidade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

Descrição	2023	2022	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	97%	98%	-0,4%
Endividamento	3%	2%	0,4%



Quadro XXIII Indicadores Financeiros/Endividamento 2022 e 2023

O município neste exercício, face à ausência de dívida a terceiros significativa, financia-se exclusivamente com capitais próprios apresentando uma autonomia financeira notável, estando por isso preparado para responder a incertezas futuras, decorrentes da guerra da Ucrânia e no Medio Oriente e do estado inflacionista que se instalou.

Análise
Chonou
g
↓

4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Entidade através da análise dos seguintes itens do balanço:

ATIVO	31-DEZ-2023	Peso %	31-DEZ-2022	Peso %	Varição
Ativo não corrente	83 770 354,30	93,2%	83 538 602,25	94,2%	231 752,05
Ativo corrente	6 110 601,87	6,8%	5 167 015,96	5,8%	943 585,91
Total Ativo	89 880 956,17	100,0%	88 705 618,21	100,0%	1 175 337,96
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Património Líquido	87 495 229,73	97,3%	86 686 688,40	97,7%	808 541,33
Passivo não corrente	1 003 480,20	1,1%	843 404,34	1,0%	160 075,86
Passivo corrente	1 382 246,24	1,5%	1 175 525,47	1,3%	206 720,77
Total Património Líquido e Passivo	89 880 956,17	100,0%	88 705 618,21	100,0%	1 175 337,96

Quadro XXIV Alguns Itens do balanço 2022 e 2023

Podemos observar pelos totais do balanço que se verificou uma ligeira subida da posição financeira, derivado de um aumento do investimento e do resultado da participada, que se consubstanciou num aumento do Património Líquido.

4.2 INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2023 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em %
Ativo Fixo Tangível (AFT)	76 872 721,58	77 258 557,80	(385 836,22)	(0,5 %)
Ativo não corrente	83 770 354,30	83 538 602,25	231 752,05	
Património Líquido	87 495 229,73	86 686 688,40	808 541,33	0,9 %
Equilíbrio dos capitais permanentes (AFT/Cap.perm)	0,90	0,91	0,0	(1,6 %)
Fluxos de caixa operacionais	897 849,30	1 025 902,03	(128 052,73)	(12,5 %)

Quadro XXV Indicadores de gestão 2022 e 2023

A análise ao quadro apresentado propicia-nos os seguintes comentários:

◆ A variação negativa ocorrida no “**Ativo Fixo Tangível**” é motivada pelo facto das novas aquisições nas diversas classes de ativos serem inferiores às depreciações anuais:

Divulgamos de forma mais discriminada este aspeto na nota 4 do anexo.

◆ A variação positiva ocorrida no “**Património Líquido**” é referente às diferenças de resultados de exercícios entre 2022 e 2023.

◆ A variação nos “**Fluxos de caixa operacionais da Entidade**” é justificada pelo acréscimo de gastos gerais (FSE) e gastos com pessoal.

- Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2023 e 2022:

Outros indicadores financeiros	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em %
Solvabilidade (CP/Passivo) em %	3 667,4 %	4 293,7 %	626,2	(1 458,5 %)
Liquidez corrente (Ativo corrente - Passivo corrente) em Euros	4 728 355,63	3 991 490,49	736 865,14	18,5 %

Quadro XXVI Rácios Financeiros 2022 e 2023

Da análise ao quadro acima, apresentamos os seguintes comentários:

A solvabilidade do município é completa, pelo que daqui resulta uma enorme liquidez.

4.3 ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativos à análise económica no período findo de 2023, comparativamente com o período de 2022:

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *Handwritten signature*
 - Middle right: *Handwritten signature*
 - Far right: *Handwritten signature*
 - Bottom right: *Handwritten arrow pointing left*

Análise Económica	Fórmula simplificada	2023	2022	Δ Absoluta	Δ em %
Rendibilidade Líquida dos rendimentos próprios (%)	RL / Rendimentos próprios	(33,2%)	(84,5%)	51,2	(6065,2%)
Rendibilidade do Ativo (ROA) (%)	EBITDA / Ativo	2,9%	1,3%	1,6	12282,7%
Rendibilidade do Património Líquido (return on equity) (%)	RL / C. Próprio	(1,0%)	(2,3%)	1,3	(5820,7%)
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	Clientes / Rendimentos correntes * 365	26	26	0	0,9%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Fornecedores / (CMVMC+FSE) * 365	8	4	4	113,1%

nota: Rendimentos próprios = Impostos municipais + vendas + prestação serviços

Quadro XXVII Indicadores Económicos 2022 e 2023

Relativamente ao quadro apresentado e, uma vez que a análise é feita sobre a atividade do município que é uma entidade que não visa o lucro, considera-se que, os resultados de rentabilidade dos rendimentos próprios são adequados uma vez que a principal fonte de financiamento é o orçamento de estado.

Relativamente aos prazos médios de pagamento, o tema está adequadamente desenvolvido na parte orçamental. Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, **a Entidade, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz**, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2023, **justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus cidadãos.**

4.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Entidade no período económico findo em 31 de dezembro de 2023, alcançou o resultado líquido negativo 843.089,02 Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Euros
Resultados transitados	-843 089,02
Total	-843 089,02

Quadro XXVIII Aplicação de Resultados 2023



Análise *Chonzu*
ei
PA
J

5 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

Neste capítulo pretendemos apresentar as prioridades de investimento e gestão orçamental para o ano económico de 2024, salientando-se que a orientação pragmática e estratégica, irá de encontro às propostas para o concelho definidas e delineadas na proposta eleitoral deste executivo. As ações e projetos a desenvolver serão os considerados mais relevantes para a resolução de problemas concretos do concelho e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos Fozcoenses de todo o concelho. Continuaremos empenhados em garantir a execução orçamental com base numa gestão rigorosa, criteriosa e eficaz, garantindo o cumprimento das normas legais e ao mesmo assegurar a estabilidade e a eficiência financeira do Município de Vila Nova de Foz Côa.

Será garantida a continuidade de projetos anteriormente iniciados e a execução de novos projetos nas mais diversas áreas de atuação. Serão ainda aproveitadas todas as oportunidades que surgirem ao longo de 2024 no que diz respeito a candidaturas a Fundos Comunitários.

Continuaremos empenhados em concretizar essas ações, numa atitude construtiva e aberta, conscientes da nossa realidade económico-social e demográfica, do contexto de guerra que se vive na Ucrânia e em Gaza e que afetam todo o mundo, da subida generalizada dos preços de bens e serviços e da falta de mão de obra um pouco por todos os setores de atividade.

Por último, é importante referir que todas as ações e projetos contam com o apoio dos trabalhadores da Câmara Municipal. Todos eles, independentemente das funções e categorias profissionais, com o seu empenho e dedicação são fundamentais e imprescindíveis na execução das ações e iniciativas propostas para 2024. O capital humano é o motor da Câmara Municipal, sem eles nada seria possível, pelo que fica registado o merecido reconhecimento e agradecimento a todos.



[Handwritten signatures and initials]

Destacamos, para 2024, os eixos estratégicos fundamentais da gestão autárquica do Município:

1. A Educação

Plenamente conscientes de que a “Educação é um dos pilares fundamentais de uma sociedade” este executivo reservou uma das principais fatias do orçamento para este setor. Depois de consolidada a transferência de competências, o Município e a Escola estabeleceram uma política de proximidade e de diálogo permanente, nos mais diversos eixos, salvaguardando sempre a autonomia pedagógica e curricular do Agrupamento de Escolas. Em 2024 manterá os apoios como:

- **Alimentação escolar gratuita** a todos os alunos da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico dos dois centros Escolares do concelho;
- Oferta de um conjunto de atividades relevantes para o desenvolvimento integral dos alunos, que visa assegurar o seu acompanhamento após a oferta curricular e durante os períodos de interrupção letiva, bem como o acompanhamento das crianças antes e depois do período das atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva, na Educação Pré-Escolar: Componente de Apoio à Família - CAF, Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC e Atividades de Animação e Apoio à Família - AAAF;
- **Oferta dos cadernos de atividades** a todos os níveis de ensino e material escolar a todos alunos de 1.º CEB;
- **Transporte gratuito** para todos os níveis de ensino, das freguesias para o estabelecimento de Ensino;
- Transporte gratuito a todas as **visitas de estudo** solicitadas pelo agrupamento de escolas;
- **“Escola Virtual”** gratuita a todos os alunos até ao 6º ano de escolaridade, que pretende promover a democratização do acesso dos alunos a ferramentas tecnológicas que visam potenciar, estimular e cativar os mesmos para as aprendizagens;

Anabela

Planos

ei

AM

J

- **Bolsas de Estudo** a estudantes do ensino superior, residentes no Município de Vila Nova de Foz Côa, que tenham ingressado no ensino superior;
- **Outros projetos educativos** como o Festival de Poesia e Música, o protocolo com A Filandorra, Teatro do Nordeste, com uma vertente direcionada para a Escola, com pressupostos assentes na igualdade de oportunidades e de participação na vida da comunidade.
- **Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar**, integrado na CIMDOURO, que visa reduzir o abandono escolar precoce e atribuição de condições de igualdade de acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem formais e informais, para a reintegração no ensino e formação.
- O Projeto de **remodelação dos Balneários Sede do Agrupamento de Escolas Tenente Coronel Adão Carrapatoso**, será executado em 2024;
- **Projeto de requalificação da Sede do Agrupamento de Escolas Tenente Coronel Adão Carrapatoso**, com candidatura submetida a apoio de Fundos Comunitários. Aguarda aprovação, uma obra orçada em aproximadamente quatro milhões de euros.

2. Cultura

A Cultura continuará a ser uma marca importante do concelho e constitui um pilar no desenvolvimento socioeconómico do nosso território e na sua valorização. Em 2024, pretendemos dar continuidade às diversas ofertas de atividades multidisciplinares que refletem as várias sinergias que têm vindo a ser solidificadas entre os diferentes agentes culturais, as Juntas, e o Município. Por outro lado, as nossas estruturas municipais vão continuar a oferecer um lugar de novas experiências e a difundir igualmente práticas culturais e artísticas que promovam a formação de novos públicos e a cultura local.

Considerando que cabe ao município o papel de promover a acessibilidade dos seus munícipes às várias manifestações artísticas como: teatro, música, dança, etnografia, entre outras, continuará a aposta na CULTURA como marca importante do concelho e na oferta cultural de qualidade.

A cultura é assim, assumida como um dos eixos fundamentais de desenvolvimento social e económico, como um farol da sociedade para o futuro e como um veículo de atração dos territórios, constituindo-se como elemento transversal na vida dos cidadãos. É com base neste princípio que este executivo continuará a investir na cultura.

Em 2023 foi intervencionada uma das salas da Galeria D'Artes municipal, intervenção que veio melhorar significativamente a abordagem expositiva.

Em 2024 pretende-se consolidar o projeto de arquivo municipal. Na área da preservação, foi renovado o contrato programa de desenvolvimento cultural entre o município e a ACDR de Freixo de Numão, cujo principal objetivo é dar continuidade ao projeto de preservação e valorização do património cultural.

Para 2024 foi ainda protocolado com a CARB - Cooperativa Artística da Raia Beirã, o projeto CriaCôa, que visa a criação de um grupo local de teatro, com a participação da Universidade Sénior, com vista à realização de uma peça a exibir por todo o concelho.

A Biblioteca Municipal em 2024 dará continuidade às ações de promoção cultural e literária e serão implementados novos projetos, com o intuito de ir ao encontro das necessidades da comunidade.

Em termos globais o ano de 2023 foi um ano com uma forte dinâmica cultural, marcado pela qualidade, inovação, renovação e reposicionamento da generalidade do quadro programático municipal, com ganhos evidentes para o território e para as suas gentes, pretendendo-se em 2024 continuar este caminho.

3. Ação Social

O ano de 2023 foi marcado pela consolidação da transferência de competências para o Município. Em 2024 será reforçado o quadro de pessoal nesta área, que permitirá uma maior abrangência, dialogo e proximidade no concelho, em articulação com as diferentes entidades, instituições locais.

A área social, num concelho tão disperso como o nosso, tem um papel fundamental. As Instituições de Solidariedade Social são uma das grandes "forças vivas" da comunidade, é preciso acompanhar a sua atividade e, dentro das possibilidades da autarquia, apoiar material e financeiramente.

Serão mantidos os programas como:

- Programa Abem: Rede Solidária do Medicamento;
- “Saúde Sobre Rodas”, em parceria com a Cruz Vermelha Portuguesa
- Teleassistência
- Apoio Alimentar;
- Apoio Emergência Social
- Encaminhamento e transporte para Unidade Alcoologia de Coimbra

4. Habitação

Em 2023 deu-se o arranque da implementação da ELH de Vila Nova de Foz Côa, tendo ficado marcado sobretudo pela organização, definição de procedimentos, aquisição de edifícios, revisão da estratégia e submissão de uma grande parte das candidaturas. Apesar da existência de um quadro legislativo e financeiro aparentemente favorável, a execução da ELH apresenta um conjunto de dificuldades técnicas consideráveis, tanto a nível local (operacionalização das soluções previstas) como nacional (acesso aos fundos disponíveis). Face à complexidade, às exigências burocráticas, à falta de recursos humanos e à necessidade de desenvolvimento de um número considerável de estudos e projetos de reabilitação, o executivo estabeleceu um contrato de cooperação interadministrativo com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, que por um lado veio permitir à Câmara concretizar a sua política de habitação, e por outro permitiu à FAUP viabilizar a qualificação da investigação e da docência nas áreas da habitação e da coesão territorial.

De 2024-2026 será executada a estratégia local de habitação, que conta com total de 30 candidaturas, que abrangem um universo de 43 agregados familiares e 86 pessoas, caso sejam todas aprovadas.

A execução deste projeto, para além de permitir dar dignidade habitacional a 42 famílias carenciadas, irá ainda contribuir para diminuir as assimetrias sociais e económicas.

5. Saúde

Tendo por objetivo a promoção da saúde e bem-estar da população e alargar a oferta disponível, em 2024 o executivo apoiará a fixação de uma unidade de Saúde privada no concelho.

Numa logica de proximidade com as freguesias, será ainda mantido o projeto “Saúde sobre Rodas” que disponibiliza gratuitamente serviços de enfermagem, apoio domiciliário, vigilância de Programas de Saúde como: diabetes, hipertensão, colesterol, ácido úrico, entre outros; vigilância do estado de saúde de idosos; cuidados a acamados, rastreios e recolhas para análises clínicas.

Será ainda dado apoio às freguesias para reabilitação dos edificios das extensões de saúde.

6. Turismo

Consideramos que o turismo é uma das atividades estratégicas para o desenvolvimento económico na nossa região, nomeadamente para o aumento de oportunidades de trabalho e geração de riqueza. É assente nesta premissa que continuaremos a apostar neste sector, através da promoção de eventos, da capacitação dos nossos agentes e melhoria da oferta. É fundamental valorizar o nosso Património Histórico, Imaterial, e natural, trabalho que temos desenvolvido através das visitas guiadas ao Património, aos Centros históricos e dos trilhos pela natureza.

Além disso não descuraremos possíveis candidaturas que podem, entretanto, estar disponíveis. Temos já submetida uma candidatura individual na linha “+ Turismo Interior” e temos mais duas em preparação em conjunto com a CIM Douro que visa a promoção e valorização do azeite, e com Associação de Municípios do Douro Superior com vista à promoção da Grande Rota do BTT recentemente criada.

Ainda na vertente turística, aliada à cultura e ao desporto de natureza, salientamos que está em preparação a elaboração de um procedimento que nos permitirá ter em 2025 uma rede de percursos pedestres um pouco por todo o nosso concelho, numa ótica de coesão territorial e de promoção do nosso concelho como um todo.

O Orçamento Municipal 2024 reflete ainda a preocupação com a reabilitação e valorização do Património Histórico. Assumimos o compromisso de continuar a promover a reabilitação

Atafona
Atafona
PN
J

dos monumentos do Concelho, com especial destaque para o projeto estrutural de um pano da muralha do Castelo de Numão, da Torre do Relógio de Foz Côa, fontes e chafarizes.

Destaca-se ainda a aquisição por parte do Município da Atafona de Muxagata, único exemplar do Norte de Portugal, em razoável estado de conservação, que se conheça.

Continuaremos a apostar: na dinamização de eventos ancora, como a Festa da Amendoeira em Flor, o Festival do Vinho do Douro Superior, Côa Summer Fest, o Foz Côa Douro Trail Adventure, e o Côa Culto – Cultura em Movimento, que mais uma vez se vai realizar este verão nos meses de julho e agosto; na promoção dos nossos produtos e da nossa cultura, e assumiremos um papel agregador e facilitador no funcionamento do sector turístico, envolvendo os agentes económicos, o comércio Local e produtores locais.

Potenciar e promover tudo aquilo que são as mais valias do nosso concelho como a gastronomia, o vinho, a amêndoa, a atratividade do património cultural e natural.

7. Desporto e Juventude

Conscientes da importância da atividade física na saúde e na atração turística, o Município pretende continuar a apoiar as Associações Desportivas, as Juntas de Freguesia, a Escola, bem como promover e apoiar inúmeros programas da prática desportiva.

Em 2024 Pretendemos continuar a alargar e desenvolver as competências e responsabilidades, para todos os escalões de formação de futebol, que em 2023 contou com 80 praticantes. Também a escola de natação merece uma referência especial. Com a prática deste desporto tão importante, a ser lecionada no Centro Alto Rendimento do Pocinho, é de salientar a elevada adesão a este programa que conta com quase 120 jovens inscritos, dos 3 aos 16 anos de idade. Além disso temos ainda banhos livres e aulas de hidroginástica para os mais velhos.

Será ainda mantida a rede de transportes diários permitindo assim, a todas as crianças do concelho a prática do futebol, a entrega gratuita do primeiro equipamento de treino e jogo assim como refeições a todos os atletas, aquando de todas as saídas.

Continuamos a apoiar o Desporto Escolar através do Centro de Formação Desportiva, permitindo às nossas crianças a prática de desportos náuticos no Centro de Alto Rendimento. Este apoio materializa-se através do apoio logístico e da disponibilização do CAR a todos que queiram praticar esta modalidade. Também neste campo, temos intenção

de brevemente anunciar um grande evento a nível nacional, que certamente deixará todos os Fozcoenses orgulhosos.

O apoio à Escolinha D'Ártes, na vertente desportiva continuará a ser uma aposta, no Karaté e no Pilates, com a disponibilidade gratuita do espaço, assim como o transporte e alimentação nos eventos e em vestuário desportivo.

Daremos continuidade ao projeto "FÉRIAS ATIVAS", em todas as interrupções escolares, sem numero limite de inscritos associando ainda os transportes às crianças inscritas das freguesias, medida que consideramos importante para a coesão territorial.

Em 2023 dotámos de mais e melhores condições, a sala de cardiofitness do pavilhão gimnodesportivo municipal e consolidámos e aumentámos o Programa MEXA-SE + 55 ANOS em número de horas de prática desportiva.

No âmbito da Juventude, acreditamos que uma política municipal virada para esta geração deve oferecer uma resposta adequada às suas necessidades e, para tal, é imprescindível envolver e capacitar a geração mais jovem para que desenvolvam capacidades que lhe permitam estar mais despertos para os temas que são do seu interesse e que assim, tenham possibilidade de exercer uma cidadania ativa de forma empenhada.

A pensar nos mais novos, no seu bem-estar e segurança, executaremos em 2024 o projeto de renovação parque infantil no Parque Sto António em Foz Côa. Aspetos de motricidade, desenvolvimento motor e claro atratividade foram tidos em consideração na compra dos referidos equipamentos.

Também os outros escalões não foram esquecidos, vamos criar também no Parque Sto António um circuito de workout e renovaremos os equipamentos geriátricos para que os mais velhos possam manter-se ativos.

Ainda no âmbito da juventude, temos já submetido um programa de voluntariado jovem, em conjunto com o Gabinete Técnico Florestal, que terá este ano 30 jovens do concelho que terão oportunidade, em períodos de 15 dias, desenvolver atividades enriquecedoras do ponto de vista ambiental e cultural. O tema deste ano é "Sensibilização e atuação na prevenção dos fogos rurais e valorização dos territórios de floresta". Esta projeto é financiado pelo IPDJ.

8. Ambiente

Ao nível da Educação Ambiental o executivo dará continuidade às ações de informação e sensibilização ambiental, dirigidas à Escola e à população em Geral, convergentes com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030 das Nações Unidas e com o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC), que visam promover a mudança de atitudes e comportamentos ao nível do meio ambiente.

Para 2024 pretendemos adquirir um autocarro elétrico para implementar o serviço de transporte urbano, continuo ao longo do dia, entre Foz Côa e o Pocinho. Ainda na área da Mobilidade Sustentável a aquisição de mais uma viatura elétrica de serviço.

Em 2024 será ainda lançado o concurso para a reabilitação da zona da Estação do Pocinho e Espaço de Lazer das Frieiras.

Ainda na área do ambiente, e mais concretamente do combate às alterações climáticas, o Município de Foz Côa está a desenvolver o seu Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) segundo as orientações estratégicas de adaptação à mudança e mitigação do efeito dessas mesmas transformações.

9. Obras Municipais

As obras municipais e as transferências para as Juntas de Freguesia, são sem dúvida, a área que representa a maior fatia do orçamento de 2024. Naturalmente que o município tenta, sempre que possível, obter os maiores recursos financeiros em apoios comunitários, mas será sempre necessário um investimento através de capitais próprios.

O ano de 2023 ficou marcado pela conclusão de obras que se prolongaram no tempo devido a fatores sobejamente conhecidos, como a Pandemia, a escassez de recursos humanos e materiais e o aumento dos preços dos materiais. Das obras concluídas destacam-se:

- A conclusão das obras de reabilitação do Espaço “Das terras de Foz Côa”;
- A conclusão das obras de Requalificação do Mercado Municipal;
- Conclusão das obras de Reabilitação e adaptação do edifício “Foz Côa Story House”;
- Conclusão do Jardim Rainha Santa Isabel;

- Requalificação dos arruamentos envolventes ao Mercado Municipal e Story House.

Dos projetos previstos para 2024 destacam-se os abaixo elencados:

- Reforço Estrutural do Troço Poente da Muralha do Castelo de Numão;
- Requalificação da Torre do Castelo Velho de Freixo de Numão;
- Requalificação da Torre do Relógio, Vila Nova de Foz Côa;
- Construção do novo canil municipal;
- Construção da piscina coberta municipal;
- Requalificação da zona do Mercado do lugar da Teja, Horta;
- Reabilitação do Edifício na Rua Major Caldeira, Edifícios na Rua do Picadeiro e Edifício no Adro Igreja, em Muxagata, no âmbito do 1º Direito;
- Requalificação do Parque Infantil do Parque de Santa Antónia;
- Requalificação da Estrada do Poio e da Estrada N324, das Mós à Ponte do Porto;
- Substituição / colocação de calçadas em várias ruas e artérias do concelho;
- Criação de um Welcome Center no Procinho;

Salienta-se que, os atrasos nos projetos de construção civil são uma problemática constante no universo global da indústria da construção, não só em Foz Côa, como também em Portugal e no mundo. É desejo deste executivo que as obras previstas, decorram dentro dos prazos definidos, o que se não acontecer, não será por falta de dinâmica, empenho e dedicação de todos os intervenientes.

Em 2024 será ainda concluída a Revisão do PDM, Instrumento Estratégico de grande importância para o concelho.

10. Proteção Civil

O ano de 2023 foi o ano de criação e consolidação do Gabinete de Proteção Civil do Município de Vila Nova de Foz Côa. Desta forma, o Serviço de Proteção Civil em atuação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, assumiu as funções de pôr em prática atividades de proteção em todo o Concelho, assim como tratar e divulgar informações relacionadas com esta matéria. Estão implícitas medidas de prevenção,

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten mark]

avaliação de riscos, planeamento e também apoio direto às operações, assim como prestação de apoio às vítimas e meios de socorro. Em 2024, o gabinete continuará a missão de proteger pessoas e bens, no socorro de feridos e doentes e na extinção de incêndios.

Encontra-se devidamente constituída a Comissão Municipal de Proteção Civil (CMPC).

Com o trabalho desta Comissão temos já hoje os Planos de Coordenação dos principais eventos, aprovados e implementados. O gabinete participou no simulacro que decorreu no edifício do palácio da Justiça de Vila Nova de Foz Côa e tem aprovado, sob a sua total responsabilidade, o Plano Prévio de Intervenção da estrutura “Passadiços do Côa”, com o intuito de efetuar em breve um simulacro de extrema importância para a utilização da mesma.

Em 2024 vamos continuar a efetuar sessões de esclarecimento para controlo da vespa asiática no nosso concelho, nas freguesias mais afetadas no ano 2023, e estamos a distribuir um Kit para controlo e captura em massa desta espécie, dentro de um plano de ação preventiva que acreditamos ser eficaz.

Na valência Gabinete Técnico Florestal (GTF) continuamos a trabalhar anualmente no Plano Operacional Municipal (POM), que tem como principal objetivo a operacionalização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), em particular para as ações de vigilância, deteção, fiscalização, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós – incêndio.

Efetuamos a gestão de combustível da rede secundária, nomeadamente as estradas Municipais da nossa responsabilidade, e fazendo cumprir às diferentes entidades com responsabilidade nesta área com objetivos específicos:

Em 2024, o gabinete continuará a missão de proteger pessoas e bens, no socorro de feridos e doentes e na extinção de incêndios.

Ainda neste âmbito, o município continuará a apoiar financeiramente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Foz Côa, por considerar de extrema importância das ações que desenvolvem em prol da população.

11. Empreendedorismo e Capacitação

O empreendedorismo é visto como uma forma motriz de desenvolvimento económico, sendo esta uma das vertentes que irá merecer especial enfoque em 2024 e 2025. Neste



âmbito pretende-se reforçar o apoio ao comércio local e criar o Espaço Empresa, em parceria com a AMA, AICEP e IAPMEI, para captação de investimento e incentivo à fixação de pessoas.

Ainda neste âmbito, será elaborado um regulamento de apoio ao investimento, com forte incidência para os jovens e nómadas digitais.

Em 2023 foi celebrado um Protocolo com o Nerga - Associação Empresarial da Região da Guarda, com o objetivo de apoiar as empresas locais nas suas dificuldades e promover ações de formação e de esclarecimentos em várias áreas.

Será ainda mantida a aposta na formação com o objetivo de capacitar as empresas na "arte da hospitalidade", através do desenvolvimento de conteúdos formativos nas áreas das soft e hard skills, num programa desenvolvido em parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro-Lamego.

Serão ainda desenvolvidas várias ações para Dinamização do Mercado Municipal e incentivo ao consumo de produtos locais.

6 CONTABILIDADE DE GESTÃO

Limitações:

Nos termos da NCP 27 – Contabilidade de Gestão, os documentos de prestação de contas deverão divulgar informação sobre a avaliação de desempenho e avaliação por programas, sobre os custos, tendo por base informação proveniente do sistema de contabilidade de custos e de gestão.

Esta informação deveria ser incluída neste relato financeiro anual.

Sendo a contabilidade de gestão uma ferramenta de apoio à gestão, o relatório de gestão deverá divulgar, conforme estipulado no parágrafo 34 da supramencionada norma, para cada bem, serviço ou atividade final:

- Custos diretos e indiretos de cada bem, serviço e atividade;
- Rendimentos diretamente associados aos bens, serviços e atividades;
- Custos totais do exercício económico e custo total acumulado de atividades, produtos ou serviços com duração plurianual, ou não coincidentes com o exercício económico;
- Objetos de custos finais para os quais se determinou o custo total, os critérios de imputação dos custos indiretos utilizados e os custos não incorporados.” No caso particular do subsetor autarquias locais, deveriam ainda ser divulgados os mapas que constam do parágrafo 37 da NCP 27.

Apesar do processo já iniciado, não nos é possível encerrar o ano de 2022 neste módulo, desagregando gastos e rendimentos por funções, bens e serviços, devido à necessidade de diversos aperfeiçoamentos para operar na sua generalidade e no seguimento das exigências impostas pela legislação, pelo que não é possível apresentar neste relatório os documentos estipulados no ponto 34 da NCP 27.

7 QUESTÕES AMBIENTAIS

A Lei de Bases do Clima (LBC) (Lei n.º 98/2021), aprovada pela Assembleia da República em 31 de dezembro de 2021, vem consolidar objetivos, princípios e obrigações para os diferentes níveis de governação para a ação climática através de políticas públicas e estabelece novas disposições em termos de política climática.

Neste contexto, a APA desenvolveu o documento “Orientações para a realização dos Planos Regionais de Ação Climática” e, recentemente desenvolveu em parceria com o IPMA as orientações para a realização dos Planos Municipais de Ação Climática.

De acordo com a importância extrema do PMAC o Município de Vila Nova de Foz Côa, decidiu elaborar o Plano seguindo as orientações estratégicas.

O Plano consiste em duas grandes áreas:

- **ADAPTACAO:** consiste em reduzir a vulnerabilidade da sociedade e do território aos efeitos das alterações climáticas (como a maior frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos) e potenciar oportunidades que possam surgir – **ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTACAO ÀS ALTERAÇÕES CLIMATICAS;**
- **MITIGAÇÃO:** Ação de resposta às alterações climáticas que consiste em reduzir as emissões de GEE e aumentar os seus sumidouros - os sistemas naturais que absorvem mais carbono do que aquele que emitem, como as florestas – **ROTEIRO MUNICIPAL PARA A NEUTRALIDADE CARBÓNICA.**

Os pontos Críticos de cada Área de análise correspondem a:

- **ADAPTAÇÃO:**

Identificação de riscos;

Avaliação da vulnerabilidade da comunidade perante os riscos identificados;

Desenvolvimento de estratégias de adaptação;

Plano de Monitorização.

- **MITIGAÇÃO:**

Definir Setores: Energia; Transportes; Resíduos; Industria;

Projeções de emissões até ao ano do compromisso com base na realidade do Município;

[Handwritten signatures and initials]

Medidas de Mitigação;

Plano de financiamento para cada uma das medidas elencadas.

O Plano do nosso concelho está a ser desenvolvido por uma empresa especialista na área e, atualmente a fase de trabalhos encontra-se na análise dos dados dos vários inquéritos realizados aos vários setores; identificação de risco; avaliação da vulnerabilidade da comunidade; medidas de mitigação, para que possamos ter um plano ajustado à nossa realidade municipal.

Na Era do desenvolvimento sustentável, em que as organizações internacionais definem estratégias, agendas, metas e objetivos – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, Acordo de Paris, Nova Agenda Urbana – cabe cada vez mais às cidades / municípios o papel de implementar ações e medidas com contribuam para o desenvolvimento sustentável e o aumento da pegada ecológica.

Relativamente ao tratamento de resíduos o Município cumpre todos os requisitos legais, no que diz respeito a separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos produzidos no concelho. A recolha de RSU indiferenciados é feita pela empresa FCC Environment Portugal, S.A, monitorizada/fiscalizada pela Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. A recolha separativa é feita através de ecopontos recolhidos pela empresa Resíduos do Nordeste. Existe um ecocentro gerido pela empresa FCC Environment Portugal, S.A para a recolha de resíduos que não cabem no âmbito anterior. É feita recolha programada porta a porta de “monos” (móbilias, eletrodomésticos, e outros resíduos que o munícipe não tenha possibilidade de transportar ao ecocentro).

Ao nível da sensibilização ambiental foram desenvolvidas várias ações formativas, dirigidas a todos os funcionários do município, agrupamento escolar e população em geral, nomeadamente no que se refere à separação de resíduos e à compostagem.

Neste ponto vimos aprovada uma candidatura conjunta na Associação Municípios Douro Superior que nos permitiu dotar o Município de uma viatura 100% elétrica e instalar na cidade um segundo posto de compostagem comunitário.

Ao nível da sustentabilidade ambiental, estamos paulatinamente a transformar os nossos espaços verdes, em que o uso da água é reduzido ao mínimo, procurando plantar espécies autóctones.

Quanto a ações concretas do Município na área de preservação do ambiente (alterações climáticas), tem-se a referir:

- Reformulação dos espaços verdes, de forma a serem mais sustentáveis;
- Elaboração dos projetos para a construção de novas ETAR's nas freguesias de Chãs e Castelo Melhor;
- Aquisição de veículo ligeiro de passageiros elétrico;
- Aquisição de um autocarro elétrico, através de uma candidatura ao fundo ambiental;
- Candidatura ao projeto ruas elétricas que visa a instalação de postos de carregamento de baixa potência em zonas habitacionais;
- Continuar a instalação de contadores de água inteligentes, que permitam no futuro a leitura automática de consumos de água;
- Candidatura ao aviso Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta, do fundo ambiental.

8 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

8.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras são autorizadas para emissão quando aprovadas pela Camara Municipal.

8.2 ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras e as demonstrações de relato orçamental, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Individual das Alterações do Património líquido, a Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa e o Anexo Individual.

Vila Nova de Foz Côa, 11 de abril de 2024

O Presidente da Camara Municipal

(Dr. João Paulo Lucas Donas Botto Sousa)